

ALTERNATIVAS AO MODELO ECONÔMICO

*Leonardo Zumpichiatti**

OS CICLOS ECONÔMICOS BRASILEIROS

Para entendermos o modelo econômico vigente é necessário que façamos um breve apanhado da história econômica do Brasil, particularmente de seus ciclos econômicos que refletem nossa posição no cenário internacional.

Uma revolução em curso, as Grandes Navegações, fruto do domínio tecnológico da força eólica, trouxe a América o mercantilismo europeu, que visava as valorizadas especiarias do Oriente para as côrtes daquele continente. Mais ainda, numa visão metalista¹, buscavam insandecidamente mais e mais metais preciosos. Isso fez com que a descoberta do território brasileiro inicialmente não despertasse grande interesse da Coroa Portuguesa, sendo que a única riqueza identificada foi o pau-brasil, cuja exploração, apesar de lucrativa, era sujeita a disponibilidade da extração (que rapidamente se esgotava) e a concorrência dos traficantes franceses.

Dado a contrariedade do rei Francisco I, de França, contra a bula papal que instituiu o Tratado de Tordesilhas, a ocupação efetiva do território descoberto só foi possível com a associação do capital Holandês (de banqueiros e comerciantes judeus) que patrocinou o empreendimento da cana-de-açúcar, na forma que ficou conhecida como Capitânicas Hereditárias.

Outro ciclo econômico de relevância a esse estudo foi o ciclo do ouro, com a descoberta de jazidas na região das minas gerais – o qual levou a um primeiro e incipiente desenvolvimento endógeno da economia do Brasil, sendo que todas as forças produtivas, outrora empregada na lavoura de cana-de-açúcar e na subsistência, foram deslocadas para a busca de ouro nas lavras. Isto permitiu que outras regiões, como o sul do país, produzissem charqueado e muare para a região das minas.

Com a decadência da produção de cana-de-açúcar e também exaurida a produção aurífera, a economia brasileira, após alguns anos de estagnação drástica, entra no ciclo virtuoso da produção de café, sendo que esta é responsável por agregar mão-de-obra

* Formando em Economia pela Universidade Católica de Goiás e militante pedetista

1 Visão econômica difundida na época de que quanto mais um país acumulasse metais preciosos dentro de suas fronteiras, mais rico seria esse país. Ignoravam a lei de oferta e procura, sendo que quanto maior a oferta, menor o valor do bem, ou seja, fez crescer significativamente a inflação, pois sendo estes metais especialmente utilizados para cunhar moedas, sua abundância no mercado fazia com que os comercializadores de produtos instintivamente elevassem seus preços para captarem mais moedas.

assalariada², carreando um pequeno impulso ao desenvolvimento interno do país.

A economia cafeeira só teve fim com a crise de 1929, o chamado *crack* da bolsa de valores de Nova Iorque, que imergiu a economia mundial na primeira grande crise capitalista. Levando-se em consideração a relevância do café na cesta de alimentos (não é um produto de primeira necessidade), além de sua superprodução, o preço do produto no mercado internacional deteriorou-se consideravelmente em poucos anos, estagnando a economia brasileira e desembocando numa crise política e social superada somente com a Revolução de 1930.

Nota-se que até então, todos os ciclos econômicos pelos quais passou o Brasil tiveram sua razão de ser ligadas a fatores exógenos a nossa realidade, voltados a atender primordialmente aos interesses do mercado europeu.

A chegada de Getúlio Vargas ao poder vem imprimir uma nova dinâmica a nossa economia. Primeiramente com a valorização do nosso único produto exportável (o café) – e portanto gerador de divisas³ -- e posteriormente com a substituição das importações, buscando favorecimento na balança comercial do país.

Verdadeiramente então nossa economia passou a uma nova dinâmica em poucos anos. Foram lançadas as bases para a industrialização e a regulamentação do trabalho assalariado, fundamental para a criação e consolidação de um mercado interno forte, o que possibilita o crescimento endógeno e o desenvolvimento econômico. Isso tudo possibilitado pela intervenção do Estado na economia, em oposição ao que pregava a corrente econômica amplamente aceita: o liberalismo. É importante ressaltar o pioneirismo do Brasil na criação dessas políticas econômicas arrojadas, as quais posteriormente vieram a ser conhecidas como *Keynesianas*⁴.

As bases lançadas pela Revolução de 1930 foram responsáveis por alçar o Brasil, no período inferior a meio século, a posição de oitava economia do mundo capitalista, devido ao aproveitamento das suas potencialidades naturais, como a riqueza do solo e sua força de trabalho e trabalho criativo. Porém, a subserviência de vários dirigentes políticos sucessores do Getulismo e a maniqueação de agentes do imperialismo estadunidense – o Golpe de 1964, por exemplo – fizeram nossa economia obedecer aos ditames

2 A mão-de-obra escrava foi amplamente utilizada nos ciclos econômicos anteriores, sendo fundamental para o seu sucesso. Somente com a pressão inglesa, que necessitava escoar seus produtos manufaturados, é que o Brasil aboliu a escravidão e assumiu mão-de-obra assalariada. Nota-se que a abolição da escravidão ocorreu em 1888 e, um ano após, o regime monárquico no Brasil foi derrubado pelos senhores de engenho que advogavam a necessidade da mão-de-obra escrava.

3 Divisas representam a quantidade de moeda-referência que um país possui para transacionar mercadorias com outros países, no chamado mercado internacional. A Lira-esterlina, emitida pelo tesouro inglês, era a moeda de referência da época.

4 Economista inglês John Maynard Keynes, que publicou a obra intitulada Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, em 1935.

alienígenas, não condizentes com a nossa realidade, e regredirmos sobre aspectos econômicos e sociais.

É importante ressaltar que após o sacrifício anti-imperialista de Vargas em 1954, o vice-presidente e conspirador Café Filho traz ao governo os velhos princípios de um liberalismo arcaico e às avessas, desandando todo um processo de desenvolvimento autônomo que estava em marcha. Não foi muito diferente com Juscelino Kubitschek, que absorve as idéias da Comissão Mista Brasil-EUA e realiza seus “cinquenta anos em cinco”, revendo esse processo de desenvolvimento autônomo e abrindo as portas para o capital estrangeiro e a importação de tecnologia: um verdadeiro ovo de serpente foi chocado.

CONJUNTURA ECONÔMICA ATUAL

Tendo seu ciclo de industrialização finalizado em 1979 com a criação da indústria petroquímica, o modelo de desenvolvimento dependente do Brasil se consolidou. Os dois choques do petróleo na década de setenta aumentaram sobremaneira nosso endividamento externo, sendo que no primeiro choque (1973) os países exportadores de petróleo acumularam grandes divisas em dólares, emprestando-os no mercado internacional a juros baixos, sendo estes conhecidos como “petrodólares”. Aproveitando essa onda, o governo militar se endividou para concluir a industrialização do país⁵, mas contraiu essa dívida a juros flutuantes. Com o segundo choque do petróleo (1979), o governo americano elevou sua taxa de juros de 5,7% para 18,80% visando conter a demanda interna e atrair capitais para reduzir seus déficits.

Desde então, o país deixou de ser atrativo aos capitais e entrou num ciclo de endividamento muito elevado, ocasionado um completo desajuste da economia interna, com os saldos negativos em seu balanço de pagamentos. Os resultados foram inflação galopante e uma crise econômica que se arrastou por toda a década de 1980. Tal período ficou conhecido como “A década perdida”.

Na Europa e nos EUA reinava a visão liberal de Margareth Thatcher e Ronald Reagan, em que o Estado Mínimo deveria suplantar o Estado de Bem-Estar Social (*welfare state*). Para o terceiro-mundo, essas políticas ficaram conhecidas como Consenso de Washington, sendo que o Estado deveria se abster da economia, entregando tudo para o mercado cuidar e, segundo o discurso utilizado para o convencimento, se responsabilizar apenas da saúde, educação e segurança pública. No bojo destas reformas neoliberais,

5 II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento.

veio a desregulamentação das economias nacionais com a privatização de empresas estratégicas, abertura de mercados para os capitais e disciplina fiscal, ou seja, uma clara renúncia ao desenvolvimento autônomo em nome da “modernidade” apregoada pelos economistas neoliberais e seus prepostos da Escola de Chicago.

RECICLAGEM DAS DÍVIDAS E O PLANO REAL

Antes de se ajoelhar ao neoliberalismo, o país passou por sérias crises no seu balanço de pagamentos, como citado anteriormente. Inevitavelmente vieram duas moratórias da dívida externa na década de 1980, que em nada significaram decisões soberanas, mas meramente falta de divisas para honrar os pagamentos.

Com o novo afluxo de capitais pelo mundo no final da década de 1980 e início da década seguinte, as velhas dívidas originárias dos anos 70 foram renegociadas com o aval do tesouro americano, justamente para que estes “novos” capitais pudessem ser aportados nos países do terceiro-mundo (doravante usa-se apenas o eufemismo de “em desenvolvimento”). Adveio também grandes avanços nas áreas de telecomunicações e informática que, somados as aberturas das contas de capitais feitos pelas economias emergentes (outro eufemismo), tornou o mundo sem fronteiras para a especulação financeira.

Nosso país ingressa plenamente no neoliberalismo neste momento, com o governo de Fernando Collor de Melo, cuja herança inflacionária do período anterior facilitou o trabalho para a adoção das políticas neoliberais por aqui. O confisco da poupança -- que visava retirar o excesso de liquidez da economia, ou seja, a quantidade excedente de moedas em circulação -- foi o embrião do Plano Real.

O Plano Real, na gestão de Itamar Franco, foi muito preciso na análise das causas da inflação, bem como no uso dos instrumentos para conter o aumento contínuo dos preços. Para isso, os gestores do plano apoiaram-se numa moeda de referência⁶ (a URV), atrelando-a ao câmbio e cuja cotação era definida diariamente, de modo a provocar uma desvalorização da moeda nacional, com sua posterior troca (pelo R\$), que passa a ser indexada paritariamente ao dólar.

Feita, então, essa desvalorização do CR\$, o afluxo de dólares na nossa economia permitiu que a inflação fosse reduzida e contida. Porém, com a valorização da nova moeda, mantida artificialmente pela âncora cambial, houve o crescimento do consumo

⁶ Na verdade, a URV (Unidade Real de Valor) funcionava apenas como uma unidade de contas do sistema, sendo reajustada diariamente pela inflação registrada pelos principais índices (IGP-M, IPC-FIPE e IPCA-Especial)

interno e novamente os preços passaram a ser puxados pela demanda⁷ maior que a oferta. Com a abertura comercial iniciada no governo Collor, foi possível conter os preços aumentando a oferta pela entrada de produtos importados, o que causou sucessivos prejuízos na nossa balança comercial de 1995 a 2000, acumulando nesse período o déficit superior US\$17 bilhões e gerou outro grande impacto na economia brasileira: o desemprego.

Com a crise cambial de 1999, segue-se a segunda fase do Plano Real, adotando-se o regime de bandas cambiais⁸ e logo em seguida a adoção do câmbio flutuante⁹, buscando o controle da inflação através do regime de metas de inflação. Combalida, a indústria nacional passa agora a enfrentar políticas restritivas, com o Governo utilizando a taxa SELIC¹⁰ para controlar a inflação dentro dos patamares estabelecidos e utilizar o superávit primário¹¹ honrar as dívidas e manter a credibilidade e o “risco país” em níveis aceitáveis. O Plano Real de fato conteve a inflação, mas não sofreu os ajustes estruturais, sendo estes a reforma tributária, previdenciária e agrária, necessários a estabilidade econômica. Contudo, houve a crença de que com a estabilização monetária a economia entraria numa trajetória estável de crescimento. O PIB tem se mostrado inconstante nesse período, sendo que o balanço de pagamentos retomou saldo positivo somente com o aumento das exportações de commodities¹² a partir de 2001, demandadas no mercado internacional pelo crescimento expressivo da China, Índia e Rússia. O endividamento nacional chega a níveis estratosféricos, sendo que a dívida interna atingiu a barreira do trilhão de reais este ano (2006). O desemprego continua em níveis alarmantes e a informalidade cresce a cada ano.

Diretamente ligada às questões sociais, essa instabilidade econômica produz um processo de deterioração das relações sociais. Houve na última década uma explosão da violência urbana, percebida sobremaneira nas capitais. A falta de investimentos em educação produz analfabetos funcionais, fato comprometedor das futuras gerações. O caos na saúde pública prejudica parcela significativa da população. Tudo isso em nome de uma falsa estabilidade, seja ela apenas monetária, e de um ciclo de poder que vem escravizando o povo brasileiro há décadas.

7 De acordo com estudos, a inflação de demanda é dada pela lei da oferta e da procura, ou seja, se há aumento do poder de compra, a demanda por produtos aumenta. Se não há produtos em quantidade suficiente à venda, seus preços serão aumentados obedecendo a essa lei da economia.

8 Nesse regime, o Governo, através do Banco Central, intervém comprando ou vendendo dólares no mercado quando o câmbio atingir o valor mínimo e máximo, respectivamente, estipulado dentro das metas.

9 O Governo não intervém e deixa o câmbio oscilar livremente no mercado.

10 Sistema Especial de Liquidação e Custódia, são os juros básicos da economia, ou seja, aqueles em que são fixadas as taxas de ganho sobre os títulos da dívida pública.

11 Descontando o pagamento das dívidas, o governo economiza nos seus gastos um percentual do PIB – Produto Interno Bruto. Atualmente este percentual é de 4,25%

12 Insumos cuja cotação é definida no mercado internacional.

Notadamente, as políticas neoliberais, junto ao receituário do FMI, estão agora estabelecidos por lei. As metas de inflação foram impostas através do Decreto 3.088 de 21.06.1999 e temos também, a partir de maio de 2000, e a Lei de Responsabilidade Fiscal, em que ambas instituem o liberalismo econômico como política de Estado, não sendo mais políticas de governo.

AS ALTERNATIVAS AO MODELO ECONÔMICO

Cunhado por Leonel Brizola, o termo “perdas internacionais” sintetiza com exatidão o principal problema estrutural do país. Faz-se necessário, com urgência, a revisão da política liberalizante na conta de capitais do nosso balanço de pagamentos. Os fluxos monetários de capitais que se esvaem anualmente de nossas fronteiras -- seja por remessa de lucros, pagamentos de juros, empréstimos e amortizações, ou mesmo pelas contas CC5, utilizadas por residentes para a lavagem de dinheiro em paraísos fiscais, os quais posteriormente retornam para serem aplicadas no ganho fácil da ciranda-financeira nacional – precisam ser controlados, como faziam todos os países europeus até o início dos anos 90 e fazem países como China e de certo modo o Japão. Somente desta forma é que poderemos reduzir os juros nominais, acumular reservas monetárias e alavancar o crescimento econômico.

Concomitante ao controle de capitais, é com urgência que precisamos fazer uma ampla auditoria das dívidas contraídas pelos governos brasileiros desde a Ditadura Militar. De acordo com estudos feitos pela campanha Auditoria da Dívida¹³, existem aberrações jurídicas em todo o processo de endividamento nacional, principalmente contraídos com juros flutuantes e até (pasmem) com juros retroativos, aqueles em que se houver alteração dos juros pós-fixados até o final do contrato, a diferença deverá ser paga.

Ainda dentro do controle monetário, faz-se necessário controle sobre o capital investido no país, comumente chamado de capital produtivo. Há que se controlar a remessa de lucros para as matrizes, que ora são feitas legalmente, ora ilegalmente, sendo por superfaturamento de insumos ou remessa pelas CC5.

Dentro da macroeconomia, é necessário a mudança do atual modelo agrário-exportador, cujo aviltamento do valor no mercado internacional, baixo valor agregado, e o passivo ambiental gerado para nós, não compensa seus custos. Devemos mudar nosso modelo energético e adotarmos os combustíveis da biomassa, e num primeiro momento,

13 Veja detalhes em <http://www.jubileubrasil.org.br/alca/campanhanacional/auditoriaexplica.htm>

exportarmos nosso petróleo para financiar a reforma agrária e a produção de energia limpa. Concomitantemente, devemos firmar acordos comerciais com países em expansão econômica e carentes de energia, como a China, Alemanha, Japão, Índia, entre outros, aproveitando nossas vantagens comparativas.

No atual modelo fiscal vigente, a carga tributária incide sobre a produção e o consumo, fato este que engessa a circulação de mercadorias e serviços, desaquecendo a economia. Também há o chamado efeito cascata, em que um tributo é cobrado mais de uma vez sobre um mesmo produto, sendo o faturamento das empresas e a folha de salários altamente oneradas. Precisamos de uma reforma para que os tributos incidam na renda e no consumo de produtos supérfluos, baseado em um código tributário simplificado. Dessa forma, haverá a possibilidade de ampliação da base tributária nacional, que recai pesadamente sobre alguns setores e permite outros utilizarem de mecanismos de elisão fiscal ou até mesmo serem desonerados de tributos.

Relativos às questões microeconômicas, o Estado deve incentivar, promover e financiar o cooperativismo como forma de geração de renda e ampliação do produto nacional bruto. Considerando a riqueza e a diversidade cultural desse vasto território, abre-se a possibilidade de criação de uma ampla gama de produtos e serviços com valor agregado. Portanto, é necessário a criação de bancos de fomento a atividade cooperativista, coordenados por instituições governamentais responsáveis por organizarem esse ramo da economia.

Outra crescente indústria limpa que possuímos enormes vantagens comparativas é a indústria do turismo, pois temos ampla diversidade de paisagens naturais e aspectos culturais que nos permitem incrementar nosso saldo no balanço de pagamentos com a vinda de turistas de toda parte do mundo. Faz-se necessário, então, investimentos em infra-estrutura, qualificação de mão-de-obra e divulgação.

O chamado jeitinho brasileiro, muitas vezes tido como sinônimo de malandragem e esperteza, nos torna competitivos num setor altamente rentável no mundo atual: o da produção de tecnologia, principalmente a indústria de *software*. Com um extenso parque de microcomputadores instalados em nosso país e infra-estrutura de telecomunicações existentes, é possível nos tornarmos em poucos anos a maior potência mundial em produção de programas de computadores, cujo alto valor agregado e baixo custo de produção permitir-nos-ia aumentar significativamente o valor das nossas exportações.

Tímida no governo Lula, a adoção do *Software* Livre¹⁴ por todas as instâncias do governo, além de desonerar os gastos públicos com pagamento de caras licenças de uso, proporcionaria incentivos para o desenvolvimento de tecnologias e produtos da indústria nacional.

Por outro lado, precisamos ampliar os investimentos governamentais em ciência e tecnologia ao patamar mínimo de 3% do PIB. Carecemos de pesquisa científica avançada na área de biotecnologia, principalmente, de modo a aproveitar e proteger nossa vasta diversidade biológica, que vem sendo constantemente roubada por estrangeiros.

Duas grandes carências do povo brasileiro encontram-se na área de habitação e saneamento básico, cujo investimento corrobora para o aquecimento da economia. De acordo com dados da Secretaria Nacional de Habitação, existe no país um déficit de 26,5 milhões de moradias. Quanto ao saneamento básico, existe no Brasil cerca de 10 milhões de domicílios que não são atendidos por abastecimento de água e 23,6 milhões de moradias não estão conectados as redes coletoras de esgoto. Somando as duas áreas, seriam necessário investimentos superiores a R\$ 90 bilhões para universalizar esses serviços básicos.

Quanto ao Estado brasileiro, este deve ser grande o suficiente para induzir o desenvolvimento econômico, político e social. Para isso ele deve ser radicalmente democrático, possibilitando que as decisões sejam tomadas de forma ampla, ágil e transparente. Há a carência de quadros qualificados na administração pública, o que deve ser revisto por um governo que pretenda mudar a economia nacional.

Finalmente, precisamos efetivar ajustes fiscais nas esferas administrativas do Estado, tornando a máquina pública eficiente e menos onerosa. Isso não significa reduzir gastos públicos com cortes no orçamento, nem tampouco redução de pessoal, mas sim combater as mordomias, desperdícios e a corrupção em todos os níveis.

Em síntese, o Estado deve intervir, organizar e direcionar a economia para consolidação do mercado interno e promover agregação de valores as exportações, com vistas a formação de poupança e capital interno.

¹⁴ *Software* livre não significa necessariamente que sejam gratuitos. São códigos-fonte de programas que podem ser alterados e adaptados de acordo com as necessidades de cada usuário.